

A EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS E CONCEITOS

2

Karina S. M. M. Pagnez

- 2.1** Introdução
 - 2.2** Breve Histórico da Educação Especial
 - 2.3** A Educação Especial no Brasil
 - 2.4** Conclusão
- Referências

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS · USP/UNIVESP

2.1 Introdução

Alguns de vocês podem não ter clareza a respeito do que seja a Educação Especial. Para auxiliá-los nessa compreensão, partiremos de alguns termos utilizados como sinônimos dessa educação: inclusão escolar, educação inclusiva, necessidades educativas especiais e atendimento educacional especializado.



Devemos partir do fato de que nenhum deles é sinônimo de Educação Especial.

A inclusão escolar é definida como paradigma, modelo ou sistema por diferentes autores; cabe ressaltar que este termo teve origem em lutas contra a exclusão social e esse movimento teve início na década de 1990. Um autor que contextualiza a discussão a partir de sua experiência na Inglaterra é Mitler (2003). Para ele:

Não foi por causa dos políticos que as políticas educacionais mudaram, não foi porque os políticos esperaram os pesquisadores dizerem a palavra certa, mas foi porque a sociedade exigiu mudanças (p.15).

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (p. 25).

Socialmente têm sido utilizados diversos termos para nomear as pessoas com deficiência, como escreve Jannuzzi (2004), mas com seu uso os termos assumem os preconceitos e a discriminação do termo utilizado anteriormente. Um termo que não se pode utilizar ao tratar de pessoas com deficiência é **portador**, pois a pessoa não tem a possibilidade de deixar a deficiência. Na área da saúde, ser portador é ter um vírus e não desenvolver a doença. A pessoa

com deficiência pode apresentar limitações em uma determinada área, mas tem inúmeras possibilidades, que dependerão dos estímulos e motivações da família e da escola.

O termo consta na Constituição de 1988, pois à época ele era utilizado amplamente e defendia os direitos das pessoas com deficiência, mas atualmente esse uso é inadmissível.

Para compreendermos esses caminhos e descaminhos, faz-se necessário conhecer um panorama da Educação Especial internacional e nacional, bem como conhecer os conceitos que têm regido esta modalidade de educação.

O termo educação inclusiva foi proposto pela primeira vez na Declaração de Salamanca, que preconiza o fim de todo tipo de exclusão. À época foi feito o destaque às minorias sociais, econômicas, étnicas, raciais e de gênero, além das pessoas com deficiências. Quanto ao termo necessidades educacionais especiais, este foi consagrado em 1978, em um relatório apresentado na Inglaterra, que ficou conhecido como Relatório Warnock. Esse relatório destaca necessidades advindas de diferentes origens e formas de manifestação, incluindo-se nesse escopo as necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências. No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, esta é uma proposta de atendimento aos alunos público-alvo da educação especial a fim de complementar ou suplementar o ensino comum. Destaca-se que este atendimento não pretende consolidar-se como reforço escolar, mas deve desenvolver aprendizagens necessárias para que o processo de aprendizagem em sala de aula se efetive.

Portanto, a Educação Especial não é sinônimo desses termos; atualmente, é reconhecida como uma modalidade de ensino transversal da educação infantil ao ensino superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Para ser assumida dessa forma e ter uma política nacional, o caminho foi longo com avanços e retrocessos. Para compreender o contexto atual, faz-se necessário retomar a sua consolidação internacionalmente e no Brasil.

2.2 Breve Histórico da Educação Especial

É na área da saúde que ocorrem os primeiros estudos a respeito da deficiência; o recorte histórico definido neste texto terá início no século XVI com o trabalho de médicos reconhecidos como educadores.

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos, que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos (MENDES, 2006, p. 388).

Jean Itard médico que se tornou célebre pela conceitualização da **idiotia** a partir de suas pesquisas com Victor de Aveyron.

Este menino, **Victor de Aveyron**, foi encontrado perto de um bosque, considerado selvagem por emitir grunhidos, alimentar-se como um animal e fazer suas necessidades quando e onde desejasse. O médico educador escreve que pequena foi a aprendizagem de Victor durante anos de ensino. Em sua opinião, o atraso que esse menino apresentava teve origem, não em fatores de ordem biológica ou genética, mas pelo fato de que não foi integrado à sociedade humana.

Além da **idiotia**, atuou de forma efetiva no atendimento de pessoas consideradas à época **surdos-mudos**. Atualmente, as pesquisas na área apontam para o fato de que apenas 1% dos surdos é também mudo; portanto, o termo correto é surdo. Jean Itard foi reconhecido como um educador a partir de seu interesse na aprendizagem de **idiotas** e **surdos**.

Na mesma época, Philippe Pinel define que o ser humano poderia sofrer perturbações mentais que os tornavam doentes mentais, à época, não se distinguiram pessoas com deficiência mental de doentes mentais; todos eram colocados em instituições que tinham como principal função a higiene social, retirada de todos os indesejados das ruas e do convívio com os demais.

Pinel teve influência efetiva no trabalho de Esquirol, que sugere que o termo idiotia, que até então era reconhecido como sinônimo de cretinismo, deve ser diferenciado deste último. Esse autor propunha que a idiotia poderia ser resultado de carências infantis ou condições pré e perinatais problemáticas; já o termo cretinismo seria utilizado para os casos mais graves. A definição de Esquirol foi importante, pois a idiotia deixa de ser considerada uma doença para se referir a um estado em que o rendimento escolar é critério para avaliar os alunos.

A partir daí, temos a legitimação do acesso de pedagogos à discussão sobre a área da **deficiência mental - termo utilizado à época que atualmente foi substituído por deficiência intelectual**, esses profissionais atuavam exclusivamente no processo de escolarização de crianças ditas normais.

Edouard Séguin, que fora aluno de Itard, criticava a abordagem da deficiência de Pinel e Esquirol, dentre outros médicos. Esse médico sistematizou pela primeira vez uma metodologia de ensino para a Educação Especial. Fazia, portanto, uma crítica contundente pelo fato dos médicos não se ter voltado para o estudo e tratamento da idiotia.

No século XX, uma médica que se dedicou ao ensino de crianças com deficiência instalando escolas foi Maria Montessori, que elaborou materiais e metodologias de ensino que partiam do concreto e pretendiam subsidiar as construções lógico abstratas.

Antes do período de investigações pedagógicas, as pessoas com essa deficiência eram internadas, sem a preocupação com o estudo ou pesquisa ou ensino; durante séculos, as pessoas com deficiência intelectual seriam nomeados como deficientes mentais.

Durante anos, todos os comportamentos desviantes na escola seriam considerados resultantes de deficiência intelectual. Socialmente, ao ver uma pessoa com deficiência atribui-se a ela também essa deficiência e as expectativas da sociedade e da escola diante dela são anulada. Uma pessoa com qualquer deficiência seja: visual, auditiva ou física tem sido considerada uma pessoa com deficiência intelectual.

A mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual ocorre, de forma efetiva, em 2004 com a declaração de Montreal sobre deficiência intelectual, pela qual o termo passou a substituir definitivamente a expressão deficiente mental; a Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-americana de Saúde foram as responsáveis pelo evento.

A Associação Americana de Retardo Mental - AAMR alterou, em 2008, seu nome para *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* - Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento.

O que marca a diferenciação entre deficiência intelectual e doença mental é o fato de que na segunda há uma desintegração da noção de si e da realidade à sua volta, enquanto na deficiência intelectual ocorre uma diferenciação na parte cognitiva e, conseqüentemente, na forma como o indivíduo aprende.

O movimento da inclusão teve início na década de 1960 com o movimento de desinstitucionalização manicomial, com as propostas educativas progressistas francesas e com a emergência da Psicanálise temos uma reconfiguração dos conceitos de atendimento a pessoas com deficiência mundialmente. Os países de vanguarda nessas transformações são os Estados Unidos e alguns países europeus, entre eles a França e a Inglaterra.

Em 1978, a partir de um relatório apresentado em Londres, configura-se o conceito de necessidades educacionais especiais – NEE: o relatório Warnock, como ficou conhecido, expunha as limitações e dificuldades de alunos no processo educativo, decorrentes de deficiências ou de dificuldades de aprendizagem, como descrito anteriormente.

Na década de 1990, consolida-se em termos internacionais a luta pela inclusão social, o que em alguns países evocou uma luta pela inclusão escolar. Esse conceito assumiu, em alguns países, contornos radicais, com a entrada nas escolas de todos os alunos com deficiências, o que implicava uma rede de serviços que pudesse atender às necessidades de locomoção, transporte e também um repensar da estrutura escolar. Aqui destacamos as barreiras pedagógicas que implicam a incapacidade dos professores de ensinar a alunos com necessidades educacionais especiais.

2.3 A Educação Especial no Brasil

A preocupação com o atendimento a pessoas com deficiência remonta ao Império, quando foram fundados o Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A consolidação da Educação Especial no Brasil teve início na segunda metade do século XX, com a luta de famílias de pessoas com deficiência pela escolarização de seus filhos. Temos a fundação de Associações como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Lar Escola São Francisco, Pestalozzi e Associação de Atendimento à Criança Defeituosa – AACD.

Desde então, até os anos de 1980, o conceito de Educação Especial presente no Brasil era o da segregação, que definia o atendimento em escolas especiais a pessoas com a mesma deficiência. Não podemos desconsiderar que, mesmo sendo questionáveis atualmente, as escolas especiais marcaram a possibilidade de escolarização e aprendizagem de pessoas com deficiência.

Na década de 1980, sob a filosofia da normalização, ou seja, que fossem realizadas adaptações ou mudanças nos espaços de convívio social, entre os quais a escola, para o acesso a todos, instituiu-se o conceito de integração, no qual o aluno deveria ser preparado para integrar a sala de aula e ter condições de aprender junto com os outros alunos. Os alunos, cujo comprometimento ainda impossibilitasse a sua integração em salas comuns, seriam atendidos em escolas especiais. De acordo com Sasaki (1997), a integração tinha como mérito inserir o aluno com deficiência na sociedade, desde que este estivesse, de alguma forma, capacitado a superar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais nela existentes, ou seja, era uma via de mão única, pois a responsabilidade de adequação seria unicamente da parte da pessoa com deficiência, enquanto para recebê-la não caberia nenhuma modificação significativa quanto ao cotidiano da sociedade.

Em síntese o conceito de educação especial, proposto por Mazzotta (1982, p. 10):

A Educação Especial está baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos por mais acentuadas que elas sejam.

Como apresentado acima em sua história, a educação especial, tanto no Brasil quanto em outros países, vivenciou diferentes conceitos: segregação, integração e inclusão (SASSAKI, 1997). A divisão dos conceitos por período histórico não é rígida segundo diferentes autores (JANUZZI, 2004, PRIETO, 2006, CARVALHO, 2010, MAZZOTTA, 2005).

Para alguns, entre eles Prieto (2006) e Carvalho (2004), por mais que estejamos atualmente sob o conceito da inclusão ou da educação inclusiva, muitas das ações presentes nas escolas se configuram como integração, ou seja, os conceitos não são excludentes nem definitivamente ultrapassados pelo novo conceito.

A educação dessas pessoas passou anos nas mãos ou como responsabilidade de instituições não governamentais sem fins lucrativos, formadas geralmente por pais de pessoas com deficiência.

Ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas buscam a consolidação de um novo paradigma educacional, o qual permite a conjugação da igualdade e da diferença como valores indissociáveis, e nunca excludentes.

O fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial num sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 44).

Em 2008 temos a consolidação da política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva que define que os alunos considerados público-alvo da educação especial, são: alunos com deficiência; alunos com transtornos globais do desenvolvimento; alunos com altas habilidades/superdotação. (MEC/SEESP, 2008)

Segundo Mendes (2006), no início dos anos de 1990, inicia-se no Brasil a implantação do conceito de inclusão, primeiramente de forma radical: todos os alunos deveriam ir para a escola comum, independentemente de suas condições biológicas. Uma das defensoras desta postura é Maria Teresa Eglér Mantoan, da Universidade Estadual de Campinas. Um movimento menos radical e com o objetivo de propor mudanças gradativas para consolidar uma educação inclusiva se consolida também nos anos de 1990.

Esses movimentos se mantêm ativos até hoje e os caminhos da inclusão escolar têm sido deveras tortuosos; cabe destacar que, para consolidar uma educação inclusiva, um dos espaços de formação é a de professores. Somente com a mudança da filosofia e da epistemologia do aprender e do ensinar poderemos consolidar uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos, independentemente de suas condições biológicas, sociais, culturais e econômicas.

A Educação Inclusiva é definida por Carvalho (2010, p. 98):

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com “problemas”; uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seu alunado.

A escola será um espaço inclusivo se, nela, suas dimensões físicas: nas salas de aula, nas dependências administrativas, nas áreas externas e em outros aspectos que envolvem sua arquitetura e engenharia, permitirem acessibilidade física com a maior autonomia possível, em especial para os alunos com deficiência. A escola será um espaço inclusivo se houver articulação entre políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito à educação como um bem.

Diferentes autores dedicam seu trabalho ao esclarecimento de ideias equivocadas quanto à educação inclusiva. Destacamos o trabalho de Carvalho (2010) e Rodrigues (2006). A primeira autora sintetiza os equívocos da seguinte forma:

- Supor que é assunto específico da educação especial;
- Acreditar que a proposta é dirigida, apenas, a alunos portadores de deficiência ou das condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas ou com quadros psicológicos graves;
- Supor que alunos com altas habilidades/superdotados não são sujeitos da proposta de inclusão educacional escolar;
- Exigir diagnóstico clínico para promover a inclusão de deficientes no ensino regular;
- Afirmar que o paradigma da inclusão “supera” o da integração;
- Desconsiderar as necessidades básicas para a aprendizagem de qualquer aluno, banalizando essas necessidades e/ou atribuindo-as a problemas do indivíduo;
- Confundir inclusão com inserção;
- Privilegiar, na inclusão, o relacionamento interpessoal em detrimento dos aspectos cognitivos;
- Limitar a “leitura de mundo” à sala de aula, isto é, supor que a inclusão é um fim em si mesma quando, na verdade, é um processo contínuo e permanente que envolve a família, a escola, o bairro, a comunidade (CARVALHO, 2010, p.87).

Esses equívocos negam a essência da proposta da educação inclusiva proposta na Declaração de Salamanca, do destaque ao acesso à escola de todas as minorias excluídas que incluem o público-alvo da educação especial, mas que não se restringe a ele.

Outro autor que apresenta e discute dez ideias mal elaboradas a respeito da educação inclusiva é Rodrigues (2006) a partir da realidade por ele vivenciada em Portugal. De forma objetiva o autor divide essas ideias em: Valores, Formação de professores, Recursos, Currículo e Gestão da Sala de aula.

Para discorrer a respeito desses cinco grupos, o autor propõe as afirmações mais comuns ouvidas ao se falar de educação inclusiva:



Valores: “A inclusão é a ‘evolução’ natural do sistema integrativo” e “A educação inclusiva é para alunos diferentes”. Para este grupo, o autor responde que a educação inclusiva não pode ser a evolução, pois nada resta da integração na inclusão. A inclusão pressupõe uma reconstrução da escola como um todo; o aluno com deficiência necessita ser respeitado na sua individualidade e especificidade de aprendizagem, além de ter respeitado o direito ao conhecimento.

Formação de professores: “A formação de professores para Educação Inclusiva acontece durante o período de formação inicial” e “O conhecimento das diferenças é o aspecto principal do currículo de formação para a Educação Inclusiva”. A formação do professor não tem ocorrido na formação inicial, ela ocorre quando o professor se depara com alunos com deficiência em sala de aula, ou seja, é uma demanda da prática pedagógica. Saber a respeito das diferenças não garante uma educação inclusiva; é necessário discutir as demandas pedagógicas decorrentes dessas diferenças.

Recursos: “Os recursos são secundários. O importante é a atitude da escola e do professor” e “A Educação Inclusiva é um sistema barato para educar todos os estudantes”. As duas afirmações se relacionam ao custo da Educação Inclusiva, os recursos não são secundários; portanto, a educação inclusiva não é barata. Ao pensar nas demandas de um aluno com paralisia cerebral, temos um arsenal de tecnologias assistivas que podem auxiliar.

Currículo: “A diferenciação do currículo é tarefa do professor” e “A Educação Inclusiva valoriza o ‘currículo social’.” Tanto a tarefa não é somente do professor quanto esta educação não valoriza o currículo social, pois o objetivo principal é o de que o aluno aprenda a partir de suas possibilidades com os auxílios e recursos que se fizerem necessários. Valorizar o currículo social traz como dado o fato de que os alunos com deficiência não aprendem; então, o que cabe à escola é socializar o aluno incapaz de adquirir conhecimento. Não é o aluno que não pode aprender, é a escola que não sabe ensinar a todos os alunos.

Gestão da sala de aula: “Não é possível desenvolver práticas inclusivas em classes com 25 ou mais estudantes” e “É mais fácil encontrar qualidade nas classes homogêneas”. Estas afirmações dialogam quando consideram todos os alunos como iguais em relação ao processo de aprendizagem e necessidades para que esse processo se efetive. Se levarmos em consideração o preceito de que cada aluno apresenta determinadas necessidades, tendo 25 alunos em sala não é possível pensar em 25 formas de ensinar, mas, ao ter um aluno com deficiência, as propostas diferenciadas podem auxiliar a todos os alunos.



A educação inclusiva é um processo que pode ser desencadeado com a formação de professores que pensem o ensino e a aprendizagem de forma efetiva para todos os alunos, independentemente das condições biológicas, sociais, econômicas e culturais.

2.4 Conclusão

Nesta aula, tivemos como foco conhecer a história da consolidação da Educação Especial no Brasil a partir de um panorama internacional. Muitos dos processos discriminatórios e preconceituosos, vividos atualmente em nossa sociedade, resultam de uma história repleta de desvalorização e desrespeito. O primeiro passo é compreender que todos os alunos têm o direito a aprender independentemente de suas condições biológicas; portanto, cabe à escola oferecer as condições para que isso aconteça.

Na próxima aula, iremos conhecer a política internacional que consolida o atendimento da educação especial.



Agora é sua vez...

Finalizada a leitura do texto, continue explorando os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem realizando as Atividades On-line. Comece participando do “**Fórum - Equívocos da Educação Inclusiva**” e, em seguida, realize a atividade de “**Pesquisa - Tecnologia Assistiva**”.

Referências

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 12/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. MEC, SEESP, 2008.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil – história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Fundamentos da Educação Especial**. Série Cadernos de Educação. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n 33, set./dez. 2006.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. 15–30 p.
- RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro WVA, 1997.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Glossário

Para auxiliar na compreensão de termos utilizados na Educação Especial:

Educação Básica: composto pela educação infantil, ensino fundamental (I – primeiro ao quinto ano e II – sexto ao nono ano) e ensino médio.

Educação Especial: Modalidade da educação transversal à educação básica.

Educação Inclusiva: proposta pela qual todos os alunos que foram excluídos da escola devem ter acesso e condições para manter-se na escola com plenas condições de aprendizagem.

Medicalização: processo pelo qual os problemas de aprendizagem são considerados questão médica, que necessita de tratamentos medicamentosos, antes de se avaliarem as questões pedagógicas envolvidas na questão.

Público-alvo da educação especial: alunos com deficiência (intelectual/visual/auditiva/física), transtornos globais do desenvolvimento (autismo/síndrome de Asperger) e altas habilidades/ superdotação.